

Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar

Paula Pinto Costa

1. Álvaro Gonçalves Pereira no contexto de uma família

A família Pereira encontrava-se entre as mais prestigiadas do Portugal medieval e esteve envolvida em episódios da história do reino e em outros acontecimentos ocorridos além da fronteira, nomeadamente no século XIV, de que ainda hoje temos um conhecimento razoável, sobretudo através de documentos escritos que se conservaram desse tempo. Os Pereira eram oriundos de Vermoim (atual concelho de Vila Nova de Famalicão), local onde possuíam a honra de Pereira, a que se acrescentavam algumas terras nas localidades mais próximas, como é o caso dos julgados de Braga, de Refoios de Riba de Ave ou de Faria. No século XIII, seriam já proprietários de bens mais a sul nas zonas dos rios Sousa, Douro e Vouga¹, sinal da dilatação dos seus compromissos.

Não obstante esta ampliação da sua área geográfica de influência, esta linhagem teve um percurso instável. Depois de ter desaparecido da corte régia no século XIII, iria fazer uma trajetória ascensional nas centúrias de Trezentos e de Quatrocentos, que reflete a sua reentrada na corte, as alianças que estabeleceu com outras famílias e o alargamento patrimonial, em função do prestígio que tinha alcançado, bem como das carreiras eclesiásticas que alguns dos seus membros fizeram². Um bom exemplo deste tipo de situação é protagonizado por Álvaro Gonçalves Pereira, o homem que constitui o objeto central desta reflexão.

Álvaro Gonçalves Pereira, documentado entre os anos 30 e 80 do século XIV, era membro de uma família (os Pereira) com forte influência na sua época. Os compromissos que assumiu, tanto com a monarquia, como com assuntos centrados além da fronteira portuguesa, tiveram uma importância decisiva na afirmação do seu poder.

Era conhecido, sobretudo, apenas por Álvaro Gonçalves, como era comum na época em que viveu. A razão por que terão decidido chamar-lhe Álvaro é desconhecida e não tem tradição na sua família. Por sua vez, o nome Gonçalves é o patronímico que indica ser filho de um Gonçalo. E, por fim, Pereira era a família em que se filiava, como já foi afirmado.

1 PIZARRO, 1999, 2: 295.

2 PIZARRO, 1999, 2: 293-296.

Fr. Álvaro era neto paterno de Gonçalo Pires Pereira e da sua primeira mulher, Urraca Vasques Pimentel, e filho (ilegítimo) de Gonçalo Gonçalves Pereira e de Teresa Pires Vilarinho. O seu pai teve uma carreira eclesiástica muito relevante, tendo chegado a arcebispo de Braga (1326-1348), depois de ter sido prior da igreja de S. Nicolau da Feira, cônego de Tui, deão do Porto, bispo de Lisboa e coadjutor do próprio arcebispo de Braga³.

Os Pereira formavam um universo de pessoas muito interessadas na Ordem do Hospital, bem posicionadas na sociedade medieval portuguesa e que integravam o grupo de homens em que os monarcas procuravam apoio, como demonstram alguns exemplos, sobretudo da geração que sucedeu ao nosso protagonista. Já alguns antecessores de D. Álvaro deram mostras deste tipo de situação, como Gonçalo Pires Pereira (que terá morrido antes de 1298), avô de D. Álvaro, e que foi grão-comendador nos reinos peninsulares, desde o ano de 1268⁴. O prestígio e o reconhecimento deste homem também se podem aferir pelo facto de, entre 1280⁵ e 1285⁶, estar documentado como comendador de Limia, Toronho, Távora e Faia, o que significa que tinha capacidade de influência e de gestão de bens de um e de outro lado do rio Minho⁷, circunstância delicada no quadro da definição da própria fronteira portuguesa e do contexto das relações político-diplomáticas frente ao reino castelhano na segunda metade do século XIII.

Este tipo de atuação seria potenciada pelo contexto político do século XIV. José Mattoso aponta o papel de relevo das ordens religiosas militares no quadro das guerras fernandinas, acrescentando que “algumas famílias como que se especializaram em fazer carreira por este meio”, salientando, entre outras, a dos Pereira⁸. Álvaro Gonçalves constituiu um excelente exemplo da síntese que representam as ordens militares e da dualidade da vida dos homens que assumiam esta opção. Por um lado, o compromisso decorrente da profissão de determinados votos religiosos, por outro, a necessidade de agir, impelidos pelo contexto sociopolítico em que estavam envolvidos. É precisamente neste contexto que melhor compreendemos o papel de Álvaro Gonçalves Pereira e o seu percurso de simples freire hospitalário a prior desta Ordem, ou seja, a dignidade que constituía o topo da hierarquia da circunscrição portuguesa desta organização, à sua época sediada em Rodes.

2. Álvaro Gonçalves Pereira no contexto da Ordem do Hospital: um homem de oração e de ação

2.1. De freire a prior

Álvaro Gonçalves Pereira protagonizou uma época muito particular da história da Ordem do Hospital, tanto do ponto de vista dos acontecimentos portugueses, como do ponto de vista da evolução da conturbada história dos locais onde se situava a sede desta ordem religiosa e militar, isto é, a ilha de Rodes em pleno mar Mediterrâneo. Estas conjunturas – interna e externa – mereceram a este homem a maior dedicação e despertaram nele o desenvolvimento de um notável programa de atuação⁹.

Na segunda metade do século XIII, a pressão bélica no Mediterrâneo tornou-se cada vez mais forte, em virtude do avanço sistemático dos Turcos em direção ao ocidente. Em consequência, em 1291, ano da derrota das forças ocidentais na batalha de S. João de Acre (atual Israel), foram perdidos os territórios latinos orientais,

3 COELHO, 1990: 390-462; PIZARRO, 1999, 2: 307-308.

4 PIZARRO, 1999, 2: 302-305.

5 COSTA, 1993: 61.

6 ADB – *Col. Cronológica*, pasta 3, n.º 116.

7 GARCÍA TATO, 2004, I, doc. 93: 191-192.

8 MATTOSO, 1990: 289.

9 COSTA, 2013, II: 313-330.

o que teve um forte impacto na história das ordens militares internacionais. Entre os mais significativos está a mudança da sede dos hospitalários para a ilha de Rhodes. Em simultâneo, na Península Ibérica discutia-se um instável equilíbrio entre reinos, no âmbito das negociações dos tratados de Badajoz (1267) e de Alcanices (1297). Na realidade, estes contextos esboçariam dois desafios cruciais para Álvaro Gonçalves Pereira: um externo, centrado sobretudo no Mediterrâneo de leste, e um outro interno, em torno da problemática peninsular, densificado pelo facto de este homem ter sobrevivido a três reinados (D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando).

No que toca ao enfoque internacional, o esforço de fr. Álvaro face à instituição de que era professo foi notável. Tanto quanto a documentação permite saber, deslocou-se ao convento de Rhodes, para se inteirar e participar na vida desta instituição, numa altura de grandes mudanças. Os hospitalários fixaram-se em Rhodes a partir da primeira década do século XIV e desenvolveram uma campanha muito intensa de fortificação e construção dos aposentos conventuais, tendo sempre como objetivo a defesa do Mediterrâneo e a contenção do avanço turco-otomano. Sob este enquadramento, fr. Álvaro viajou até Rhodes. Para além da relevância da sua presença junto à hierarquia da Ordem, este freire terá levado 25 cavalos, o que à época era um contributo decisivo para um cenário de guerra sempre presente. Este gesto de elevada dedicação seria recompensado com a concessão do título de prior de Portugal, por iniciativa do grão-mestre Helion de Villeneuve (1319-1346) instalado na referida ilha. Com independência do momento em que terá regressado de Rhodes, terá sucedido a Estêvão Vasques Pimentel, que terá morrido em 1336¹⁰. A importância atribuída a este facto não se reduzia a uma questão interna da Ordem do Hospital, como indicia o relato que dela faz o cronista régio Fernão Lopes na crónica que escreveu dedicada a D. João I¹¹. A projeção sociopolítica deste personagem teve diversos ecos no espaço português, pois privou com três reis – D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando – como já anotámos. E, enquanto freire e prior, sobreviveu a seis grão-mestres de Rhodes¹².

No que toca a Portugal, e apesar de a família Pereira ter as suas terras de origem no norte, irradiadas a partir de Vermoim e da honra de Pereira, como já referimos, a atividade de Álvaro Gonçalves Pereira nos territórios a sul do rio Tejo foi muito intensa e neles deixou uma marca arquitetónica muito forte, nomeadamente nas estruturas fortificadas da Amieira (vale do rio Tejo), do Crato (nordeste do Alto Alentejo) e da Sertã (Beira Baixa), a que se acrescentam os paços da Flor da Rosa (Alentejo) e de Cernache do Bonjardim (atual concelho da Sertã). Entre a fortificação mais a norte, isto é, a da Sertã, e a que se localiza mais a sul, ou seja, a do Crato, medeiam uns escassos 100km, formando um território atravessado pelo rio Tejo, muito importante na afirmação da Ordem do Hospital em Portugal e dos interesses da família Pereira. De acordo com a memória cronística, a fr. Álvaro se deve

o castello da Ameheira, que he assaz forte e bem fremoso; e os paaços e asseemtamento de Boom Jardim a par da Sertaã, que he boa obra e graciosa de veer; e a forte casa de Froll de Rosa, que he açerqua do Crato, logar deffemssavell e bem obrado, no qual edificou huua grande e devota igreja aa homrra de Samta Maria. E [...] hordenou della nova comemda com abastamça de bees¹³.

10 BARROCA, 2000b, II, 2: 1580-1593; COSTA; ROSAS, 2001: 102.

11 LOPES, [ed. 1983], cap. 32: 65-66; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, [ed. 1991], cap. 6: 13.

12 Fr. Helion de Villeneuve (1319-1346), fr. Dieudonné de Gozon (1346-1353), fr. Pierre de Corneillan (1353-1355), fr. Roger de Pins (1355-1365), fr. Raymond Berenger (1365-1374) e fr. Robert de Juliac (1374-1376), de acordo com a lista dos grão-mestres, publicitada pela própria Ordem de Malta. Disponível em: <<http://www.orderofmalta.int/storia/649/i-79-gran-maestri/>> [consult. 22 de out. 2014].

13 LOPES, [ed. 1983], cap. 32: 65-66.

Toda esta intervenção ocorreu sobretudo ao longo das décadas de 40 e 50 do século XIV e espelha a sua capacidade empreendedora e programa estratégico, impulsionado por rivalidades frente a outras famílias, como será explicado neste texto, e influenciado pelo ambiente vivido no Mediterrâneo oriental.

2.2. Um programa de construção patrimonial: as décadas de 40 e 50 do séc. XIV

Partindo da base de implantação formada pelos antigos núcleos de povoamento de Belver (1194¹⁴) e do Crato (1232¹⁵), sendo Belver o ponto axial da implantação dos hospitalários em torno do Tejo, a presença a Norte e a Sul deste rio foi ampliada e foi alvo de um forte incremento por parte de fr. Álvaro Gonçalves Pereira, por meados do século XIV. Deste modo, deu cumprimento a uma estratégia sagaz e dirigida para a Flor da Rosa, para a Amieira e para a Sertã, potenciando o controlo senhorial sobre um território fulcral para a Ordem do Hospital e ao qual ficarão associadas motivações políticas de monta. Assim, a intervenção de Álvaro Gonçalves Pereira foi de tal modo marcante que abriu uma nova etapa na história destes territórios. As construções realizadas na Flor da Rosa, na Amieira e em Cernache do Bonjardim devem ser entendidas no contexto do reforço senhorial sobre uma zona já gerida pelos freires e que, de certo modo, traduzia também uma rivalidade entre famílias que protagonizaram a história dos hospitalários portugueses.

O momento chave de preparação da intervenção de fr. Álvaro, por meados de Trezentos, é marcado por um processo conflituoso que se arrastava já desde o reinado de D. Dinis, estando em discussão o apuramento do exercício do poder jurisdicional na zona em questão. Neste sentido, em 1339, na corte de D. Afonso IV foi emitido um amplo diploma sobre a definição dos limites e jurisdições entre Abrantes e Belver, tendo frente a frente o rei e os hospitalários¹⁶. Ao encontro desta problemática, podemos citar um outro documento, lavrado em 1341, pelo qual se faz o reconhecimento régio da jurisdição cível e crime da Ordem em áreas fronteiriças de Trás-os-Montes e Beiras, em boa medida devido à situação política instável que se vivia frente a Castela. Desta forma, o monarca dava sinais de que a Ordem lhe oferecia uma garantia de proteção contra as ameaças de Castela¹⁷, o que é bastante significativo, dada a dimensão supranacional desta instituição.

Este ambiente afigura-se a Álvaro Gonçalves Pereira muito interessante e impulsiona a sua ação. Por um lado, vê no apuramento de jurisdições uma oportunidade de consolidação da presença da Ordem nos territórios da Beira Baixa e do Alto Alentejo. A cronologia e a geografia em que estes episódios tiveram lugar são sugestivas, pois fazem ponderar a sua correlação com as sequelas da extinção da Ordem do Templo, a qual era proprietária de inúmeros bens precisamente nos locais em discussão, passados cerca de trinta anos sobre a sua extinção. Por outro lado, percebe-se aqui uma rivalidade senhorial, manifestada de forma exuberante no contexto da Ordem do Hospital. Com isto queremos salientar a necessidade de afirmação deste aristocrata frente a outros senhores, seus homólogos, e com particular destaque, à família de Góis/Farinha, na medida em que surtiu um efeito considerável na campanha construtiva patrocinada por fr. Álvaro. Por fim, o papel que ele próprio terá desempenhado na batalha do Salado, em 1340, constituiria a terceira condição para a sua inequívoca afirmação. A batalha do Salado, ao congregar as ordens militares

14 *Documentos de D. Sancho I*, 1979, doc. 73; BARROCA, 2009: 151-152.

15 TT – *Gaveta VI*, mc. único, n.º 22; publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I: 624-625 e publ. *Cartulaire générale*, 2, doc. 2014: 433-434.

16 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 2, doc. 125: 219-224.

17 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3, doc. 320: 144-145; FIGUEIREDO, 1800, parte I: 160-162; MARQUES, 1990: 1527-1566.

em torno do serviço e dos objetivos do rei, contribuiu para o esbatimento de divergências frente à coroa, reforçando a ideia de que as ordens militares dependiam desta instância, devendo-lhe obediência e serviço. As implicações que daqui resultaram são mais complexas, na medida em que envolver estas ordens neste tipo de operações era também garantir uma espécie de santificação das batalhas¹⁸, o que para a época era importante, pelo menos no plano simbólico.

A batalha do Salado travada no reino castelhano em outubro de 1340 terá levado fr. Álvaro a ausentar-se de Portugal. No seu regresso, o projeto da Flor da Rosa terá constituído o mote de uma das suas primeiras ações enquanto prior. Fruto destas circunstâncias propícias, em 28 de outubro de 1341¹⁹, este prior recebeu autorização régia para comprar herdades destinadas a manter os capelães de uma capela que fundou na Flor da Rosa, no termo do Crato, em honra de Santa Maria, precisamente um ano após a vitória da batalha do Salado, que estaria na origem da construção deste complexo conventual. Esta opção denota uma marca característica da espiritualidade da sua Ordem e da sua atitude devocional. Neste momento, inaugurou-se um ciclo construtivo do maior interesse, conduzido pelo dinamismo de fr. Álvaro. Numa bula do grão-mestre fr. Deodato dirigida a fr. Álvaro, a propósito de um escambo de bens, há uma referência ao “hospital <Sancte Marie> Floris Rose”²⁰, o que vai de encontro à sua missão hospitalária.

Álvaro Gonçalves Pereira ficou muito ligado à retórica do confronto militar ocorrido no sul de Espanha, junto ao rio Salado, pela narrativa do Conde D. Pedro Afonso, filho bastardo do rei D. Dinis²¹. Neste relato que consta do *Livro de Linhagens* é acentuada a articulação entre a Coroa, os Pereira e a Cruzada, sob o signo da Vera Cruz. Trata-se, pois, de um texto em que se faz uma clara evocação da Terra Santa por via da Vera Cruz e da exaltação do ideal de cruzada em pleno século XIV. Segundo a tradição, esta vitória militar resultou da ostentação em pleno campo das hostilidades de um fragmento do Santo Lenho, também conhecido como da Vera Cruz. Esta relíquia tinha um elevado valor simbólico e, já nessa altura, estava depositada na igreja de Marmelar, em Portel, pertença da Ordem do Hospital, em reconhecimento do papel desempenhado por fr. Afonso Peres Farinha (1203/1208-1282) enquanto seu portador lendário. Deste modo, a comenda de Marmelar foi submetida, por costume, à gestão da família dos senhores de Góis/Farinha²².

Pelo referido *Livro de Linhagens*, porém, os Pereira eram os guardiães da Vera Cruz do Marmelar, protagonizavam a elite guerreira peninsular e dirigiam a mais antiga Ordem religioso-militar que existia no momento, isto é, a do Hospital, dada a extinção da do Templo. Neste sentido, disputam, quanto mais não seja veladamente, com os senhores de Góis a ligação a esta sagrada relíquia, tentando beneficiar do seu universo de evocação e de representação simbólica. A rivalidade entre estas duas famílias radicava no facto de esta disputada relíquia estar depositada na igreja do mosteiro de Marmelar, associada a fr. Afonso Pires Farinha (senhor de Farinha Podre/Góis), pioneiro no vínculo deste espaço sagrado à Ordem do Hospital, e cuja gestão se manteria nesta família dos de Góis. De resto, foi ao mosteiro de Marmelar que foram buscar a cruz antes de partirem para o Salado²³. Atualmente faz parte do espólio da igreja de Marmelar um fragmento do Santo

18 A propósito da participação portuguesa na batalha do Salado e da sua relação com a problemática da cruzada, veja-se SOUSA, 1989: 27-48; SOUSA, 1991a: 505-514; SOUSA, 1991b: 203-211.

19 TT – *Gaveta VI*, mc. 1, n.º 212 e *L. N.*, *Guadiana*, livro 8, fls. 69-69v.

20 AOM – *Liber Bullarium*, n.º 318, fl. 126.

21 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, [ed. 1980], II: 239-257.

22 COSTA, 2013: 207-234.

23 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, [ed. 1980], II: 247.

Lenho, por tradição atribuído ao espólio de viagens de fr. Afonso Peres Farinha, e uma cruz processional. Tanto o relicário como a cruz processional ostentam as armas dos Pereira²⁴ e, provavelmente, foram doados por fr. Álvaro para expressar a apropriação do território frente aos interesses da família Góis/Farinha.

Como referimos, o texto em que se apresenta este discurso consta do *Livro de Linhagens* e exhibe uma mensagem muito harmoniosa e intencional patrocinada pelos Pereira na década de 80 do século XIV²⁵. Um outro texto linhagístico, conhecido como o *Livro do Deão*, foi redigido por 1337-1340 e admissivelmente atribuído a Martim Martins Zote, deão da Sé de Braga, por encomenda de D. Gonçalo Pereira, pai do nosso protagonista²⁶. O texto que integra o manuscrito do Conde D. Pedro pode também ter sido encomendado pelos Pereira. Sabendo que o que hoje podemos ler do *Livro de Linhagens* resulte de uma refundição da narrativa inicial feita por volta dos anos 80 do século XIV²⁷, podemos colocar duas hipóteses no que toca à origem do capítulo dos Pereira e da batalha do Salado. A primeira consubstancia uma espécie de crónica em favor de fr. Álvaro, encomendada por si próprio para eternizar, também por via da escrita, o seu programa de ação. A segunda hipótese, complementar da primeira, vê neste relato uma eventual resposta à morte de fr. Álvaro, ou seja, um discurso laudatório, feito após a sua morte por encomenda de algum dos seus fiéis. Em qualquer dos casos, enraizava-se um comportamento que se converteria numa tradição familiar ao ser escrita posteriormente a crónica do Condestável D. Nuno, filho de fr. Álvaro²⁸. Em síntese, os Pereira, ao longo de três gerações mostram-se atentos à importância do discurso cronístico como veículo dos seus feitos.

O programa concetual de fr. Álvaro em torno da capela construída na Flor da Rosa é muito explícito. A partir de uma pequena capela iniciada sob o seu patrocínio, desenvolveu-se uma construção complexa²⁹, que inclui um paço residencial fortificado. Neste sentido, este edifício expressa tanto uma dimensão simbólica da vocação guerreira dos freires, reinterpretada no século XIV ultrapassado o quadro da reconquista, como uma vertente mais material ligada ao domínio senhorial da Ordem do Hospital no Sul de Portugal e que dá continuidade à fixação territorial iniciada em Belver, em 1194, e no Crato, a partir de 1232, fruto das respetivas doações régias em seu benefício. Neste seguimento, a importância atribuída à Flor da Rosa na segunda metade do século XIV é inequívoca e o próprio Álvaro Gonçalves Pereira, depois de aí ter vivido, escolheu-a como o seu lugar de sepultura. Independentemente do que à data existia no Crato (um castelo, construído, pelo menos, já em 1270³⁰, na sequência da doação do respetivo local em 1232³¹), este cavaleiro sentiu necessidade de criar algo de novo, que configurou numa capela ligada à devoção mariana. Parece, assim, poder depreender-se que o Crato, e de forma singular o seu castelo, evocaria um passado ao qual este Prior não queria vincular-se de forma tão direta e exclusiva, pois representava um castelo do tempo da reconquista mais convencional do território. Pelo contrário, o que estaria em causa para fr. Álvaro era

24 ROSAS, 2013: 309-317.

25 KRUS, 1994: 312 interpretou-o no contexto da "conceção nobiliárquica do espaço ibérico".

26 BARROCA, 2010: 451.

27 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, [ed. 1980], II: 41-42; SARAIVA, 1971: 1-16; FERREIRA, 2011: 99-129.

28 *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, [ed. 1972].

29 RODRIGUES; PEREIRA, 1986.

30 *Livro dos Bens de D. João de Portel*, [ed. 2003], doc. 50: 54. De acordo com o *Portal do Arqueólogo*, o castelo do Crato foi alvo de escavações em 1993, sendo que a igreja e o paço datam do período gótico (disponível em: <<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=124602&ws=55866>> [consult. 22 de out. 2014]). FIGUEIREDO, 1800, parte I: 206, refere que o castelo terá sido construído por Álvaro Gonçalves Pereira a partir de 1356.

31 TT – *Gaveta VI*, mç. único, n.º 22; publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I: 624-625 e publ. *Cartulaire générale*, 2, doc. 2014: 433-434.

uma outra dimensão da reconquista, decorrente dos feitos cruzadísticos (cruzada tardia) alcançados na batalha do Salado e dependente de um enquadramento ibérico e não apenas português. De resto, ele estaria familiarizado com esta abrangência por tradição familiar herdada do seu avô, Gonçalo Pires Pereira, grão-comendador nos reinos peninsulares. No seu horizonte de referências mais amplas também estaria a memória da emblemática viagem que fez a Rodes, sede da Ordem desde o final da primeira década do século XIV. Inclusivamente, pode ter sido aqui que se inspirou para designar a sua capela e paço de morada – a Flor da Rosa –, que pode querer dizer a Flor de Rodes, já que, em grego, *rodon* significa rosa.

A partir da obra realizada na Flor da Rosa, este prior avança para outros projetos de domínio territorial, intervindo mais a Norte, na Amieira e na Sertã.

O castelo da Amieira, localizado junto ao rio Tejo (atual concelho de Nisa), começou a ser construído por volta de 1356, prolongando-se as suas obras, pelo menos, até 1362³², sob o patrocínio do referido freire, que aqui mandou aplicar os conhecimentos militares que tinha assimilado em Rodes. Em boa medida, os castelos que as ordens militares construíram em Portugal são sinal dos intercâmbios com o Oriente, como demonstram algumas técnicas construtivas inovadoras, que decalcam a sua anterior aplicação no Oriente Latino³³. O afastamento de cenários de guerra na linha do Tejo por meados do séc. XIV torna esta construção enigmática, pois não representa uma necessidade emergente típica de um contexto de guerra. Apesar de ter um papel bélico muito limitado, junto ao castelo da Amieira haveria uma coudelaria³⁴. O que pode ajudar a explicar o protagonismo desta localidade, já na posse dos hospitalários, provavelmente desde a doação de Belver em 1194, e mesmo a origem mais tardia do seu castelo, é a afirmação da linhagem dos Pereira no contexto da Ordem do Hospital e dos interesses que demonstra no Alto Alentejo por meados de Trezentos³⁵.

Relativamente próximo deste castelo, a Ordem dispunha de um outro, isto é, o de Belver, profundamente associado à reconquista territorial de finais do século XII. O prior Álvaro Gonçalves ao decidir construir um novo castelo gótico³⁶ pode mostrar que teria necessidade de um local de residência naquela zona do Tejo, mais adequada às exigências do tempo em que viveu, numa representação simbólica do seu posicionamento no domínio castrense da época.

Cerca de uma década e meia antes do início das obras na Amieira, D. Afonso IV, em 1341, confirmou aos freires de S. João a jurisdição exercida em certas terras beirãs e na Amieira, segundo o documento, situada no termo do castelo de Belver e não muito distante da foz do rio Ocreza, que, em 1199, foi assumido como delimitação entre as herdades da *Guidimtesta* (castelo de Belver), pertença dos hospitalários, e da Açafa, propriedade dos Templários, autorizando nomeadamente a atuação de juiz cível e crime³⁷. Como já referimos, os conflitos de jurisdição teriam um passado longo e complexo, plasmado num outro documento sobre direitos e domínio senhorial nesta zona do Tejo, datado de 1339 e a que já nos reportamos. Partindo destes factos, a preparação da campanha de obras que teve início na Flor da Rosa é bastante cuidadosa e responde a um reforço da posição jurisdicional da Ordem, no Alto Alentejo e na Beira Baixa, e dos Pereira, em particular. Uma

32 BARROCA, 2000a: 202-209; BARROCA, 2002: 539.

33 BARROCA, 2002: 537-538.

34 CONDE, 2000, I: 94; MARTINS, 2013, II: 418.

35 MATTOSO, 1990: 289.

36 BARROCA, 2000a: 202-209; BARROCA, 2002: 539; SOUSA; RASQUILHO, 1982.

37 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3, doc. 320: 144-145; MARQUES, 1990: 1527-1566.

boa parte desses conflitos resultaria da antiga rivalidade entre os freires do Hospital e os do Templo pela posse de territórios vizinhos na zona centro de Portugal, onde os baluartes dos hospitalários eram uma espécie de barreira que interrompia o extenso domínio templário ao longo de todo o vale do rio Tejo.

A obra de fr. Álvaro também foi notável na Sertã, povoado que se situa na região centro. As estruturas existentes na Sertã parecem ter respondido num primeiro momento a motivações decorrentes da ocupação de um território, da sua correspondente exploração económica e da atividade evangélica e pastoral desenvolvida por estes religiosos. O castelo da Sertã teve ocupação desde os séculos X-XI³⁸, sendo provável que uma eventual intervenção hospitalária incorporasse estas estruturas já anteriores. Grande parte das obras empreendidas nesta localidade deve-se à ação de fr. Álvaro Gonçalves Pereira, que patrocinou igualmente a construção de um paço em Cernache do Bonjardim (1356), onde terá nascido o seu filho Nuno Álvares Pereira, que viria a ser escolhido para o exercício da dignidade de Condestável por parte de D. João I. A elevada estima que o Prior Álvaro Gonçalves Pereira nutria por esta zona terá sido transmitida ao seu sucessor na gestão da Ordem do Hospital, isto é, D. Álvaro Gonçalves Camelo. Este freire era seu parente, dado que D. Gonçalo Pereira, por via de dois casamentos (com Urraca Vasques Pimentel e com Marinha Vasques, respetivamente), era avô de Álvaro Gonçalves Pereira e bisavô de Álvaro Gonçalves Camelo³⁹. Desta forma, compreende-se a opção de este último freire se ter feito sepultar num dos territórios ligados aos Pereira, isto é, a igreja matriz da Sertã, em 1423⁴⁰.

Com soluções construtivas e de implantação territorial diferentes, fruto da especificidade da envolvente de cada um e da cronologia em que surgiram, estes paços acastelados (Flor da Rosa e Cernache do Bonjardim) e castelos propriamente ditos (Amieira e Sertã) são, cada um por si só, excelentes exemplares da capacidade que a Ordem do Hospital tinha de domínio e de organização do território, onde se estruturavam diversas comendas. Como é sabido, um castelo não cumpria apenas funções guerreiras⁴¹, embora, no caso das ordens militares, representasse uma dimensão essencial da sua identidade – a da prática das armas, enquanto elemento definidor do seu carisma – com independência de ter sido palco de confrontos, como aconteceu com os exemplos que estamos a analisar.

Os territórios hospitalários situados entre a Beira Baixa e o Alto Alentejo foram definitivamente assumidos como determinantes a partir de fr. Álvaro Gonçalves Pereira. Esta circunstância merece relevo, pois demonstra o estabelecimento de uma nova hierarquia ao nível dos domínios dos hospitalários portugueses. Em meados do século XIV, no contexto da notoriedade crescente desta zona mais meridional, ocorreu a transferência da sede dos hospitalários portugueses para o núcleo do Crato/Flor da Rosa, em detrimento de Leça do Balio (atual concelho de Matosinhos), que entre 1306 e 1336 foi alvo de uma profunda remodelação construtiva⁴², ou mesmo do castelo de Belver, a título transitório, por meados de Trezentos⁴³. Leça tinha sido, por tradição, a casa conventual dos hospitalários portugueses, embora por meados do século XIV seja forçada, se não a abandonar este estatuto, pelo menos a partilhá-lo com a casa conventual de Flor da Rosa. Neste sentido, a intervenção arquitetónica empreendida por fr. Álvaro no território do Alto Alentejo reforçou a presença hospitalária nessa

38 BATATA, 2006.

39 PIZARRO, 1999, 2: 302-309.

40 BARROCA, 2000b: 2145-2153.

41 FERNANDES; BARROCA, 2009: 104.

42 COSTA; ROSAS, 2001: 67-68.

43 COSTA, 2009: 591-614.

zona. A nova espacialidade do reino centrava-se, nesse momento, muito mais a Sul, pelo que Leça seria conservada como lugar emblemático e sede de uma importante comenda, mas afastada do pulsar político do reino de meados do século XIV e muito à margem dos territórios de perfil cruzadístico desta fase mais tardia.

2.3. Uma estratégia de consolidação familiar

A estratégia de domínio territorial e afirmação senhorial encetada por parte de Álvaro Gonçalves Pereira teve outras manifestações bastante sintomáticas. Com efeito, fr. Álvaro encomendou uma lâmina de bronze que foi colocada no mosteiro de Leça em homenagem ao Prior Estêvão Vasques Pimentel, seu antecessor e parente (morreu em 1336)⁴⁴. Através do patrocínio dado a esta obra de arte, incorpora também o mosteiro de Leça no ciclo retórico dos Pereira, estabelecendo um vínculo com a casa fundacional da Ordem em Portugal e reforçando a sua ascendência sobre a instituição de que era prior. Apesar de o complexo conventual de Leça ter sido requalificado e ampliado, a sede da Ordem passa a fixar-se no convento na Flor da Rosa, ao mesmo tempo que fr. Álvaro fez questão de homenagear o seu antepassado responsável pela obra nortenha. Deste modo, não só exalta o nome da sua família, como recompensa Leça pela sua secundarização, fruto do afastamento das reuniões capitulares.

O plano estratégico subjacente à intervenção de fr. Álvaro Gonçalves Pereira coaduna-se com a instituição do morgado de Rodrigo, Pedro e Diogo Álvares Pereira, seus filhos, que teve lugar no Bonjardim, a 6 de setembro de 1356, na presença de diversas testemunhas, entre as quais se destaca fr. João Fernandes, comendador da Flor da Rosa⁴⁵, um dos locais que faziam parte da “rede” que fr. Álvaro estava a implementar. O prestígio deste núcleo patrimonial também se manifesta pela associação à dignidade prioral das comendas do Crato, da Flor da Rosa, de Belver, da Sertã e de S. Brás de Lisboa⁴⁶ e pelas famílias comprometidas com a gestão destes núcleos, sobressaindo os Pereira, os de Góis e os de Avelar.

Os dados apresentados até agora clarificam o significado atribuído aos castelos e paços fortificados feitos sob iniciativa de fr. Álvaro. O vale do Tejo, a Beira Baixa e o Alto Alentejo, onde estavam implantadas estas estruturas, de uma zona central na história de Portugal nos séculos XII-XIII, por força se ter sido fronteira, vão transformar-se num espaço de retaguarda, cada vez mais apagado e seriamente penalizado pelas acrescidas dificuldades económicas que o setor primário atravessou nos séculos XIV e XV e pelos episódios de guerra que acentuaram os problemas. Os prejuízos causados pela agitação político-militar, agravados pelo despovoamento⁴⁷ e pela baixa produtividade agrícola destes domínios, traduziam as debilidades dos tempos tardo-medievais⁴⁸ e clarificam a necessidade de intervenção sistemática por parte de uma pessoa da família Pereira.

A observação destas construções faz exaltar a singularidade funcional de cada uma delas: os castelos da Amieira e da Sertã e os paços de Cernache do Bonjardim e da Flor da Rosa resultavam da afirmação senhorial e jurisdicional em domínios geográficos muito caros à família dos Pereira, tendo em conta a valorização do

44 BARROCA, 2000b, II, 2: 1580-1593; COSTA; ROSAS, 2001: 102.

45 *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, 1984, doc. 543: 222-224.

46 FIGUEIREDO, 1800, parte III: 52.

47 COSTA, 2004: 143-154. De acordo com o Numeramento de 1527-32, Belver tinha 149 fogos (92 fogos a norte do Tejo, 57 a sul do mesmo rio), Amieira 232, Crato 730 e Sertã 1200 (DIAS, 1996, 1: 517, 534 e 544).

48 TT – L. N., *Guadiana*, livro 4, fls. 224-224v e livro 6, fls. 161-161v.

Alentejo no quadro da batalha do Salado⁴⁹. Esta circunstância poderia potenciar o contacto com o outro lado da fronteira e, como tal, ameaçar a definição de autoridades superiores sobre esses mesmos núcleos.

Por fim, com independência de serem pontos de apoio direto ou indireto à guerra, nesta última hipótese pelo suporte às operações logísticas da retaguarda dos confrontos, estes castelos eram modeladores de identidade da Ordem, numa altura em que a prática das armas tendencialmente se afasta do quotidiano dos freires, esmorecendo a sua representação mental da missão guerreira de que também estavam imbuídos; como é sabido, a mística cavaleiresca tardo-medieval privilegia estes cenários, o que é bastante revelador no meio das ordens militares. A compreensão do significado destes castelos e da sua evolução histórica passa também pela reflexão sobre o poder simbólico que emanam por estarem associados a um conjunto de referências do Oriente Latino. Desde logo, a toponímia com inspiração oriental é um elemento bastante interessante (Belver homenageia o baluarte homónimo que a Ordem possuía no que é hoje Israel; o Crato pode remeter para o Crac dos Cavaleiros na Síria⁵⁰; a Flor da Rosa poderá comportar uma referência etimológica a Rodes).

A fundação da Flor da Rosa, da Amieira e dos paços de Cernache do Bonjardim situam-se no que podemos considerar uma nova fase de recriação da própria identidade da Ordem em Portugal, na sequência da vivência de uma experiência cruzadística em solo ibérico, através da batalha do Salado. Assim, no século XIV torna-se prioritário o domínio senhorial e político, assumido, em particular, pelos Pereira. A afirmação de Álvaro Gonçalves Pereira por via do património da Ordem é curiosa: intervém nas faixas mais periféricas do território, fazendo dois paços – a Norte, o de Cernache do Bonjardim e, a Sul, o da Flor da Rosa – que associa a si e à sua família, pois faz-se sepultar na Flor da Rosa e o seu filho Nuno Álvares Pereira terá nascido em Cernache do Bonjardim. A estas obras acrescenta um castelo na Amieira, no meio deste território, onde já existia o emblemático castelo de Belver, mas que representava a clássica reconquista dos séculos XII-XIII, cenário secundário no horizonte de prioridades de fr. Álvaro. As construções do *ciclo Pereira* são sintomáticas, tanto da sua experiência e ambições senhoriais, como da sua participação na batalha do Salado e deslocação a Rodes, alimentando ambas uma interpretação renovada da cruzada e das referências simbólicas desse universo. A sua abertura a questões que ultrapassavam a esfera local em que estava inserido por força do seu quotidiano ajuda a compreender que se lesse a *estória de Galaaz* na casa de um prior do Hospital⁵¹.

O envolvimento nas questões de defesa e a atuação em benefício da coroa apreendem-se, ainda, a partir de vários outros factos, como do exercício de cargos de elevado sentido militar em zonas que tocavam o reino vizinho. Referimo-nos ao desempenho dos cargos de marechal da hoste por parte de Álvaro Pereira e, por sua morte, por parte de Álvaro Gonçalves Camelo⁵², também ele prior do Crato.

O intenso programa construtivo levado a cabo por fr. Álvaro Gonçalves se, por um lado, teve o maior interesse para a família Pereira, por outro, gerou efeitos negativos nas finanças da Ordem do Hospital. Este ciclo construtivo das décadas de 40 e de 50 do século XIV terá absorvido boa parte dos rendimentos da instituição, num contexto em que os seus cofres já se encontrariam bastante depauperados. As questões financeiras eram complexas e refletiam outros enquadramentos. Por exemplo, o rei D. Afonso IV foi inibido,

49 KRUS, 1994: 253, 312 e 333.

50 COSTA; BARROCA, 2009: 679-714.

51 CASTRO, 1983: 81-98; *Estória de Dom Nuno Alvres Pereira*, [ed. 1991], cap. IV: 8.

52 Documentado, por exemplo, em *Vereações. Anos de 1390-1395*, [ed. 1937]: 105-110.

por parte do Papa Clemente VI, em 1345, de impedir que o priorado de Portugal enviasse as respostas para o comum tesouro de Rodes. Na mesma altura, uma situação semelhante teve lugar em Aragão, onde a proibição do envio das respostas mostra a intromissão régia no priorado catalanoaragonês, sinal da contradição entre os compromissos fiscais supranacionais e a dependência face à monarquia⁵³. A atitude do monarca, para além de uma justificação financeira decorrente da necessidade de cativação de verbas, teria também uma motivação do foro jurisdicional, consubstanciada na afirmação de autoridade perante os freires, que se viam impossibilitados de visitar a casa conventual de Rodes, mesmo que por convocatória do grão-mestre⁵⁴. A questão do envio das respostas foi sempre delicada e, por vezes, estava sujeita a grandes atrasos no pagamento.

Em sintonia com o impacto dos elevados gastos provocados pelo referido plano de obras, destacamos uma bula mestral, promulgada pelo grão-mestre Raimundo Berengário (1365-1374) em novembro de 1365. Esta bula foi especificamente endereçada a fr. Álvaro Gonçalves, prior de Portugal, na sequência de um acordo feito com o grão-mestre anterior, fr. Rogério de Pins (1355-1365), por causa do atraso de 12 anos no envio das respostas. Este pagamento deveria ocorrer no dia da festividade de S. João Batista, isto é, no dia 24 de junho, e ascendia ao montante de 11 mil florins de ouro. Dado o valor em causa, na referida bula foi estabelecido um plano de pagamento em prestações, sendo que no ano de 1365 deveriam ser pagos 4000 florins e no de 1366 pagariam 2000 florins. Nos restantes anos, pagariam 500 florins até ao montante dos 11 mil em causa. O texto mestral esclarece que o valor anual da responsão ordinária do priorado português era de 2050 florins de ouro de Florença⁵⁵.

As notícias históricas documentalmente comprovadas a propósito da intervenção de fr. Álvaro ao nível territorial terminam no ano de 1358⁵⁶, com alusão à cava e barbacã no Crato e na Amieira, embora as obras no castelo da Amieira se prolonguem, pelo menos até 1362⁵⁷. Esta cronologia explica o contexto que terá dado origem à bula que acabamos de citar, datada de 1365. De facto, a escassez de recursos materiais dificultaria o pagamento das respostas nas décadas centrais do século XIV. No entanto, como vimos, já em 1345 havia referência a uma cativação de verbas das respostas em Portugal por ordem do rei D. Afonso IV. Com efeito, estes dois documentos oferecem indícios de que o pagamento desta obrigação seria frequentemente ignorado.

Em síntese, a partir dos acontecimentos associados ao ciclo construtivo patrocinado por Álvaro Gonçalves Pereira, abre-se uma nova etapa da história da Ordem do Hospital, em que os protagonistas são a monarquia e a família Pereira muito comprometida com o priorado português da Ordem do Hospital. Consolida-se a posição desta família que descreveu um percurso de ascensão, em que não faltam figuras com carreiras de elevado prestígio na Ordem, como os cargos de prior (onde se inclui o próprio fr. Álvaro e o seu filho fr. Pedro) e de grão-comendador nos Cinco Reinos de Espanha (como Gonçalo Pires Pereira, avô de fr. Álvaro), e no contexto do reino, como, por exemplo, o de Arcebispo de Braga, titulado por D. Gonçalo (pai de fr. Álvaro), e o de Condestável, atribuído a Nuno Álvares Pereira (filho de fr. Álvaro).

53 BONET DONATO, 1994: 75 e 79-80.

54 *Monumenta Henricina*, 1, doc. 99: 235-236. A questão das respostas continuou a suscitar polémica, levando o Papa Inocêncio VIII, no final do séc. XV, a relembrar a obrigatoriedade do cumprimento deste pagamento ao comum tesouro (BA – *Regra*, fl. 246).

55 AOM – *Liber Bullarium*, n.º 319, fls. 156-156v.

56 TT – L. N., *Guadiana*, livro 1, fls. 124-124v; *Livro dos forais*, 3, doc. 292: 29-31; FIGUEIREDO, 1800, parte III: 10. Em diploma de 1 de agosto de 1362, D. Pedro I faz referência a estas intervenções (*Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, doc. 759: 343).

57 BARROCA, 2000a: 202-209; BARROCA, 2002: 539.

3. Descendentes, sepultura e memória: formas de vida continuada

Reza a tradição que Álvaro Gonçalves Pereira foi pai de numerosos filhos, chegando a ser apontados mais de trinta, de várias mulheres, embora nas *Legitimações* que constam da chancelaria régia este número seja bem menor. Com efeito, foi pai de diversos filhos, fruto do seu relacionamento com Iria Vicente, com Marinha Domingues e com Iria Gonçalves. Por exemplo, seria da sua ligação com Marinha Domingues que nasceu Pedro Álvares Pereira, o qual, à semelhança do seu pai, também foi prior da Ordem do Hospital em Portugal. Por sua vez, o mais notável dos seus filhos, o Condestável Nuno Álvares Pereira, era resultado do relacionamento com Iria Gonçalves, e seria o continuador da linhagem dos Pereira, honrando também uma posição de prestígio no domínio político e militar, embora tenha decido viver os últimos anos da sua vida no recolhimento da oração proporcionado pelo ambiente contemplativo do mosteiro de Carmo.

A morte de Álvaro Gonçalves Pereira ocorreu em data incerta, por volta de 1380, e não significa o esgotamento do protagonismo desta família no seio da Ordem do Hospital e no da história do reino.

Na sequência da morte do Prior Álvaro Gonçalves Pereira, abriu-se uma discussão sobre a sucessão do Priorado do Crato. Assim, Álvaro Gonçalves Camelo, ao momento comendador de Poiães⁵⁸, foi escolhido como prior, por parte do grão-mestre da Ordem, num processo comum no quadro do normal funcionamento orgânico da instituição. No entanto, esta provisão seria contestada pelo rei D. Fernando, que indigitara para a dignidade Pedro Álvares Pereira, filho do prior Álvaro Gonçalves Pereira. Curiosamente, e sem precedentes que viabilizassem este tipo de atuação, o rei conseguiu impor o seu candidato para a chefia da circunscrição portuguesa de uma organização religiosa de dimensão supranacional. Fr. Pedro era um homem em quem o rei confiava, razão suficiente para lhe ter entregado o governo da cidade de Lisboa, em 1382, em substituição de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, considerado dissidente no quadro das divergências políticas luso-castelhanas⁵⁹.

No entanto, no contexto da batalha de Aljubarrota, fr. Pedro Álvares Pereira inverteu a sua posição política e passou-se para o campo pró-castelhano, sendo escolhido para a dignidade de mestre da Ordem de Calatrava, em Castela, ou seja, a Ordem em que se filiava a de Avis a que pertencera D. João I, antes de se tornar rei de Portugal. Esta conjuntura é bem conhecida pela historiografia portuguesa, assim como o papel da família Pereira. As dissensões entre os filhos de fr. Álvaro são espelhadas no discurso de Fernão Lopes na crónica que dedicou a D. João I⁶⁰, incluindo o afastamento do exercício de responsabilidades políticas em Portugal por parte de fr. Pedro⁶¹. Como consequência destes episódios, D. João I optou por apoiar Álvaro Gonçalves Camelo para titular do priorado, ainda que fr. Pedro Álvares Pereira continuasse por mais algum tempo como titular da renda respetiva⁶².

Com esta sequência de pessoas no lugar cimeiro do priorado, podemos afirmar que se estruturou uma espécie de *dinastia de priores* na gestão da Ordem do Hospital em Portugal, que contou com figuras como Álvaro Gonçalves Pereira⁶³, mote principal deste texto, o seu filho Pedro Álvares Pereira e Álvaro Gonçalves

58 LOPES, [ed. 1983], cap. 35: 71.

59 SANTOS, [ed. 1988], parte VIII, cap. 47: 365-366.

60 Exemplos bem significativos podem encontrar-se em LOPES, [ed. 1983], cap. 94-95: 178-183 e cap. 141-146: 287-299. Veja-se, igualmente, LEÃO, [ed. 1975], cap. 24: 489-490.

61 LOPES, [ed. 1983], cap. 156: 332-333.

62 LOPES, [ed. 1983], cap. 156: 333 e LEÃO, [ed. 1975], cap. XL: 529.

63 Já na sequência da atuação de D. Gonçalo Pires Pereira, grão-comendador nos reinos peninsulares e que terá morrido antes de 1298 (PIZARRO, 1999, 2: 302-305).

Camelo, seu parente. Este último homem era fruto do segundo casamento de Gonçalo Nunes Camelo com Aldonça Rodrigues Pereira, sobrinha do arcebispo bracarense, tendo sido criado ou educado por D. Álvaro Gonçalves Pereira, então prior do Crato⁶⁴. Teria existido, assim, uma espécie de *dinastia de priores* na condução da circunscrição portuguesa da Ordem, assegurada pela intervenção do monarca na escolha das pessoas que o lideravam, em paralelo com a nova dinastia de Avis que assumia a governação de Portugal, porque a Ordem era um dos baluartes no equilíbrio ibérico e na projeção do reino.

Estas figuras de proa na Ordem do Hospital foram com certeza promotoras de diversas formas de perpetuação da linhagem que ultrapassavam o programa construtivo da responsabilidade de Álvaro Gonçalves Pereira, apresentado neste texto. Entre elas, constitui um bom exemplo a própria narrativa do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que exalta a figura de fr. Álvaro Gonçalves Pereira, convertendo-o no herói da batalha do Salado. Na sua leitura conjunta, os dados apresentados são bastante evidentes. Em 1380, morre Álvaro Gonçalves Pereira e, em 1383-85, tem lugar a conjuntura política favorável ao culminar da projeção de alguns dos seus filhos: Nuno Álvares Pereira, condestável do reino e elemento ligado à origem da casa de Bragança (era pai da mulher do 1.º duque de Bragança); Pedro Álvares Pereira, prior da Ordem do Hospital, que no contexto da crise política assumiu o partido castelhano e foi assassinado no campo de S. Jorge na batalha de Aljubarrota; D. Diogo Álvares Pereira desempenhou também papel relevante neste cenário. Estes dados colocam em evidência uma fratura familiar entre os Pereiras, gerada no contexto atribulado de reorganização do poder em torno da questão sucessória de 1383-85. Os exemplos citados dão sinais de que os filhos de fr. Álvaro deram continuidade à ação do pai e projetaram o nome da família a que pertenciam.

Toda esta conjuntura foi favorável à emulação dos Pereiras. Assim se compreende a intervenção no, à época, já velho texto do Conde D. Pedro, escrevendo passagens que exaltam os Pereiras, em função de um tempo presente que a isso aconselhava, por volta dos anos 80 do século XIV. Sendo fiel às minhas próprias palavras, estamos perante a manifestação de uma garantia de fixação de uma memória ou de uma outra forma de vida continuada. A própria escolha de fr. Álvaro Gonçalves Pereira da Flor da Rosa como local de sepultura é sintomática do significado que ele atribui a essa casa, que fundara a partir de uma simples capela dedicada a Santa Maria. A par dos filhos que teve, esta seria, também, outra forma de vida continuada...

Documento

O grão-mestre Raimundo Berengário comunica a fr. Álvaro Gonçalves Pereira, prior de Portugal, um plano de pagamento da contribuição anual, designada por responsões, que o priorado de Portugal tinha em devida.

AOM – *Liber Bullarium*, n.º 319, fls. 156-156v.

Frater Raymundus Berengarii et cetera et nos conventus et cetera religioso in Christo nobis carissimo fratri Alvaro Gondissalvi domus eiusdem priori Portugalie salutem et cetera. Inter alia vestri nuncii ad bone memorie domni fratrem Rogerium de Pinibus dicte sacre domus magistrum predessessorem nostri prelibati magistri nuper missi super compositionem arreragiorum per vos debitorum de respotionibus preteritorum temporem premissi prioratus varios et diversos tractatus dictos predecessori et nobis proposverunt et moverunt set quia tunc super illis cum eis nom potuit ad concordiam de veniri religiosis in Christo nobis carissimis fratribus Guidoni

64 GAYO, 1938: 90; FIGUEIREDO, 1800, parte III: 32-33.

de Turri domus eiusdem marescallo et Arnaudo Bernardi Ebrardi procuratori nostro in Trasmarinis partibus generali per domni predecessorem de nostro consilio fuit scriptum ut super dictis arreragiis vobiscum aut cum vostro procuratore et nuncio nostro nomine atque vice componerent et tractarent per quorum literas huius ipsos cum vostro procuratore et nuncio nostro reservato beneplacito super eisdem respotionem arreragiis ad subsequentem concordiam devenisse videt que si vobis prioratus prescriptus confirmaretur ad annos duodecim pro omnibus dictis arreragiis per vos debitus usque ad festum nativitatem Sancti Johannis Baptiste anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi quarti inclusive solveritis procuratori nostro in civitate Ulixbonen in modum qui sequitur undecimi milia florenorum scilet in festo nativitate Sancti Johannis Baptiste anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi quinti florenorum quatuor milia. Item in festo dicti Sancti Johannis anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi sexti florenorum duo milia. Et ex tunc annis singulis in subsequentibus festivitatibus iam dicti Sancti Johannis florim florenorum quingentos donet tota quantitas undecim milium florenorum per vos foret integre ex soluta solvendo nichilominus infallibiliter anno quolibet a dicto festo Sancti Johannis anni Domni millesimi trecentissimi sexagesimi quarta predicti in antea ordinariam annuarum respotionem prioratus prefati que est duorum milium et quinquaginta florenorum nosque quod in hac parte actum est per predictos marescallum et procuratorem cum nuncio et procuratore vestro in predictis firmum placidunque habentes et ratum si realiter omnia adimpleveritis supradicta et dicta undecimi milia florerorum in modum prescriptum et terminis superius declaratis solveritis et si in solonem (*sic*) annue respotionis nominati prioratus non defeceritis cum alioquim compositionem predictam et confirmationem et novam concessionem iam dicti prioratus subscriptam per nos presencialiter vobis fectam ex nunc de certa sciencia decernimus irritas et inanes et habemus pro nobis factis nulliusque existere penitus efficacie vel valoris prioratum predictum Portugalie cum omnibus et singulis suis membris pertinentiis et iuribus ad prioratum ipsum spectantibus et pertinentibus ac spectate et pertinere debentibus quoquomodo et cum omni onere emolumentis et honorum habendum, tenendum, regendum, gubernandum, administrandum⁶⁵ et meliorandum in spiritualibus et temporalibus vobis in vicem de liberato consilio auctoritate presencium sub respotione annua duorum milium et quinquaginta florenorum auri de Florencia et boni ponderis per vos prout pro cameris vestris pro rata vos continget et per preceptoris preceptoriam iam dicti prioratus prout pro preceptoris seu baiuliis et domibus eis commissis pro rata ipsis pertinebit in festo nativitate Sancti Johannis Baptiste annis singulis ex pacto expresso infalibiliter ex solvenda nobis aut cui ordinaveris et preceperis ex solvenda quibuscunque aliis⁶⁶ oneribus dicto prioratui qualiter cunque et quomodocunque et ex quibuscunque cameris et ocasionibus in cumbentibus et in cumbendis ac inposite et inponendis per vos et dictos preceptores ex pacto ecclesia ultra respotionem annuam supradictam supportandis de nostra certa sciencia et speciali gratia vobis benefaciendo in eodem auctoritate presentium confirmamus ac de novo conferius concedius et donamus ad annos duodecim incipiendas in festo nativitatis Sancti Johannis Baptiste anni Domini millesimi trecentissimi sexagesimi quinti proximo preteriti et ex tunc numerandos continuom integre et complete retento tamen nobis et specialiter reservato quo de una vel pluribus [fl. 156v] prout per mortem⁶⁷ preceptoris evenire contingerit vacantibus vel vacaturis baiulia

65 Seguem-se as letras “ve” escritas, provavelmente, por lapso.

66 Seguem umas letras riscadas.

67 Segue-se uma palavra riscada.

vel baiuliis in dicto prioratu possimus anno quolibet providere secundum continetiam statuti donantes et concedentes vobis auctoritatem et potestatem vobis potestatem plenariam regendi, gubernandi, et administrandi prioratum prefatum tam in capite quam in membris in spiritualibus et temporalibus et quecunque alia agendi celebrandi et exercendi que ad prioris (*sic*) spectant officium et que pro utili regimine prioratus ipsius nuncupata fuerint et est oportuna. Et insuper dandi et conferendi cum consilio et assensu fratrum et procerum dicti prioratus, baiulias, castellanias atque domos vacaturas in iam dictus prioratu fratribus ydoneis et benemeritis domus nostre per dictum temporibus duodecim annorum prout melius et utilius vobis videbitur expendere nostra camere predicta retentionem in omnibus semper salva. Comitentes vobis et cetera quo circa et cetera inhiabentes et cetera in cuius rei testimonium et cetera. Data Rodi die⁶⁸ <sextadecima> mensis November anno Domni sexagesimo quinto.

Fontes

Arquivo de Malta (AOM) – *Liber Bullarium*, n.º 318, fl. 126; n.º 319, fls. 156-156v.

Arquivo Distrital de Braga (ADB) – *Colecção Cronológica*, pasta 3, n.º 116.

Biblioteca da Ajuda (BA) – *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, n.º 49-II-32.

Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310), 1894-1906, documentos publicados por Jean Delaville le Roulx. Paris, 4 volumes.

Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV, 1992. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I. Lisboa: INIC/Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984.

Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira, [ed. 1972]. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Documentos de D. Sancho I (1174-1211), 1979, ed. Rui Pinto de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra.

Estória de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da "Coronica do Condestabre, [ed. 1991], introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Imprensa Universitária.

LEÃO, Duarte Nunes de, [ed. 1975] – *Cronica del rey D. João o I*, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, [ed. 1980], edição crítica por José Mattoso, in *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II. Lisboa: Academia das Ciências.

Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII, [ed. 2003] de Pedro de Azevedo, edição fac-simile. Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel.

Livro dos forais, escripturas, doações, privilégios e inquirições, 1948, com um estudo de José Mendes da Cunha Saraiva, Subsídios para a História da Ordem de Malta. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 3 volumes.

LOPES, Fernão, [ed. 1983] – *Crónica de D. João I, segundo o Códice n.º 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização Editora.

Monumenta Henricina, 1960, edição e notas de A. J. Dias Dinis, vol. 1. Coimbra.

Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines, 1856-1888. Lisboa: Typis Academis.

SANTOS, Fr. Manuel Santos, [ed. 1988] – *Monarquia Lusitana*, parte VIII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

68 Segue-se riscado "prima".

Torre do Tombo (TT) – *Gav. VI*, mc. único, n.º 22 e n.º 212.; *L. N., Guadiana*, livro 1, fls. 124-124v; livro 4, fls. 224-224v; livro 6, fls. 161-161v; livro 8, fls. 69-69v.

Vereações. Anos de 1390-1395, [ed. 1937], comentários e notas de Artur de Magalhães Basto, in *Documentos e Memórias para a História do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, vol. II, p. 105-110.

Bibliografia

BARROCA, Mário Jorge, 2002 – “Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV)”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 535-548.

BARROCA, Mário, 2000a – “A Ordem do Hospital e a arquitectura militar em Portugal (sécs. XII a XIV)”, in *Arqueologia da Idade Média na Península Ibérica*. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, vol. VII, p. 193-209.

BARROCA, Mário, 2000b – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: FCG/FCT, 3 volumes.

BARROCA, Mário, 2009 – “Belver” in BÉRIOU, N.; JOSSERAN, Ph. (coord.) – *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 151-152.

BARROCA, Mário, 2010 – “Memórias”, in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, vol. I, p. 418-456.

BATATA, Carlos, 2006 – “Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza”. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, n.º 46.

BONET DONATO, María, 1994 – *La Orden del Hospital en la Corona de Aragón. Poder y gobierno en la Castellania de Amposta (ss. XII-XV)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

CASTRO, Ivo, 1983 – “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano arturiano da Post-Vulgata”. *Boletim de Filologia*. Tomo XXVIII, p. 81-98.

COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990 – “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional – Actas*. Braga, vol. II, p. 390-462.

CONDE, Manuel Sílvia Alves, 2000 – *Uma paisagem humanizada: o Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimónia.

COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário Jorge, 2009 – “A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194”, in FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Palmela: Câmara Municipal, p. 679-714.

COSTA, Paula Pinto, 1993 – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII – XIV*. Porto (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

COSTA, Paula Pinto, 2004 – “As adaptações das Ordens Militares aos desafios da ‘crise’ tardo-medieval”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*. Porto, III série, vol. 5, p. 143-154.

COSTA, Paula Pinto, 2009 – “Uma cultura de guerra aquém e além da fronteira: a Ordem do Hospital no contexto da batalha de Aljubarrota”, in *Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*. Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobaça, Batalha: SPEM, vol. 1, p. 591-614.

COSTA, Paula Pinto, 2013 – “A dimensão imaterial da comenda de Marmelar”, in FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional*. Noudar e Vera Cruz de Marmelar, n.º 17. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, p. 207-234.

COSTA, Paula Pinto, 2013 – “As estruturas militares de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: entre o domínio territorial e a afirmação senhorial”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Castelos das Ordens Militares. Actas de Encontro Internacional*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, vol. II, p. 313-330.

- COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia, 2001 – *Leça do Balio no tempo dos Cavaleiros do Hospital*. Lisboa: Edições Inapa.
- DIAS, João José Alves, 1996 – *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do séc. XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- FERNANDES, Isabel Cristina; BARROCA, Mário, 2009 – “Architecture castrale”, in BÉRIOU, N.; JOSSERAND, Ph. (coord.) – *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 104-105.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2011 – “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens”, in MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas Ed., p. 99-129.
- FIGUEIREDO, José Anastácio, 1800 – *Historia da Ordem do Hospital, hoje de Malta, e dos Senhores Grão-Piores della em Portugal*. Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- GARCÍA TATO, Isidro (ed.), 2004 – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén: estudio y edición documental*, Tomo I (Época Medieval). Santiago de Compostela: CSIC.
- GAYO, Felgueiras, 1938 – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso.
- KRUS, Luís, 1994 – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- MARQUES, José, 1990 – “D. Afonso IV e as Jurisdições Senhoriais”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: INIC, vol. 4, p. 1527-1566.
- MARTINS, Miguel Gomes, 2013 – “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal da Idade Média”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Castelos das Ordens Militares. Actas de Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, vol. II, p. 409-426.
- MATTOSO, José, 1990 – *A Nobreza e a Revolução de 1383. Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PIZARRO, José Augusto Sottomayor, 1999 – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, 2 volumes.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo, 1986 – *Santa Maria da Flor da Rosa: um estudo de história de arte*. Crato: Câmara Municipal.
- SARAIVA, António José, 1971 – “O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro”. *Boletim de Filologia*. N.º 22, p. 1-16.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 1989 – “O Sangue, a Cruz e a Coroa: a memória do Salado em Portugal”. *Penélope*. N.º 2, p. 27-48.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 1991a – “Vencer ou morrer. A batalha do Salado (1340)”, in BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.) – *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, p. 505-514.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 1991b – “La résurgence de l'idéal de croisade au Portugal, au XIV^e siècle”, in *L'imaginaire de la Nation. Actes du Colloque Européen de Bordeaux*. Bordéus, p. 203-211.
- SOUSA, Tude Martins de; RASQUILHO, Francisco Vieira, 1982 – *Amieira do antigo Priorado do Crato*. Lisboa: fac-simile da edição de 1936.

